



10/02/2016 às 05h00

Sem fôlego, elétricas alertam sobre falta de investimentos em 'linhões'

Por Daniel Rittner | De Brasília



As empresas responsáveis pela operação de 74% das linhas de transmissão espalhadas no país advertiram ao Ministério de Minas e Energia que estão perdendo o fôlego financeiro e podem descumprir suas obrigações de investimentos na rede em 2016.

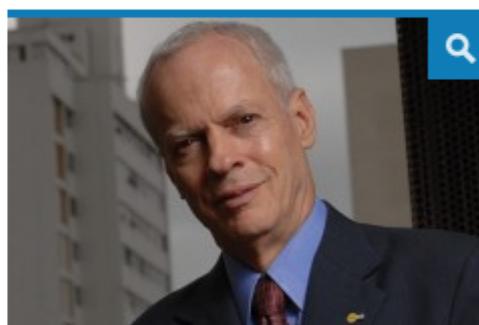
Elas pedem uma definição no pagamento de indenizações devidas pelo governo a quem prorrogou suas concessões, ajustes nas regras para a emissão de debêntures incentivadas e menos travas no acesso aos empréstimos de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Mário Miranda, explica que as empresas precisam desembolsar R\$ 3,1 bilhões neste ano em obras nas instalações existentes.

Esses investimentos foram determinados pelo plano de reforços e melhorias da rede, que recebeu aprovação do ministério, com intervenções apontadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em até 82 mil quilômetros de linhas de transmissão e atender ao crescimento da demanda, segundo Miranda.

"Já estamos sem fluxo de caixa para fazer esses investimentos", afirma o executivo. Ele levou um relato da situação, no fim de janeiro, ao ministro Eduardo Braga. "Se o plano não for executado, deteriora-se a prestação dos serviços e as empresas podem ser multadas por descumprimento dos contratos de concessão", diz.

Até agora, o efeito da descapitalização das transmissoras vinha se fazendo sentir especialmente nos leilões para a concessão de novas linhas. Estudo recente do Instituto Acende Brasil, um observatório do setor, mostra que as empresas "tradicionais" arremataram 73% dos lotes licitados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nos sete certames entre 2011 e 2012.



Cláudio Sales, presidente do Acende Brasil: "As empresas ficaram fortemente descapitalizadas. Não é chororô"

O universo abrange as subsidiárias do grupo Eletrobras - Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul -, CTEEP, Cemig, Copel, Celg e CEEE. Nos sete leilões realizados depois da MP 579, a medida provisória que forçou uma queda de 20% nas contas de luz, essas empresas ficaram com 37% dos lotes. O tombo é visto como reflexo direto da redução nas receitas de quem renovou suas concessões, em 2012, por 30 anos.

Na virada do ano, as concessionárias terminaram de receber quase R\$ 13 bilhões em indenizações pelos ativos construídos depois de maio de 2000. Outros R\$ 20 bilhões foram reconhecidos pela Aneel como investimentos não amortizados de instalações construídas antes daquela data, mas ainda não houve definição sobre o pagamento. "Virou uma espécie de devo, não nego, pago quando puder", observa o presidente do instituto, Cláudio Sales. "As empresas ficaram fortemente descapitalizadas. Não é chororô."

Agora, o setor já se vê sem fôlego para fazer investimentos na rede existente. "Leilão é eletivo, você só participa se quiser. Reforços e melhorias são uma obrigatoriedade", compara Miranda.

No encontro com Braga, o presidente da Abrate recebeu informações sobre a forma de pagamento das indenizações restantes, que foi antecipada pelo **Valor** em novembro. Elas devem ser quitadas em cinco anos, por meio de um pequeno acréscimo nas tarifas de energia dos consumidores, mas somente a partir de 2019. Isso porque o ministro pretende, antes, "descontaminar" as tarifas de outros passivos, como a devolução dos empréstimos tomados pelas distribuidoras para pagar o acionamento das usinas térmicas.

A maioria dos analistas no setor acreditava em um pagamento mais rápido das indenizações pendentes. Com essa possibilidade descartada, transmissoras querem agora que a portaria definindo esse pagamento seja cuidadosamente redigida, a fim de permitir seu uso como recebível para a tomada de financiamentos nos bancos. "A questão é a segurança jurídica do ato e o reconhecimento das instituições financeiras de que as indenizações possam servir como garantia."

Outra queda de braço é travada com a Receita Federal. Para as empresas, os laudos da Aneel indicam "valores líquidos" das indenizações, sem a incidência de Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Mas isso ainda gera discussões dentro do governo.

As transmissoras também enfatizam a necessidade de mudanças nas regras para a emissão de debêntures incentivadas de infraestrutura. Esses papéis têm isenção de IR para seus compradores. Pelas normas atuais, no entanto, o segmento de transmissão de energia só pode gozar do benefício no caso de sociedades de propósito específico (SPEs) que se sagraram vitoriosas nos leilões para construir e operar novos projetos. As empresas controladoras, que estão à frente das instalações mais antigas sem formar SPEs, estão impedidas de usar esse expediente. "A lei permite, mas falta o regramento infralegal", diz o presidente da Abrate.

Em outra frente, pedem um caminho simplificado para a obtenção de financiamento no BNDES. Hoje empresas estatais controladas por governos estaduais ficam anos aguardando autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN) para tomar o crédito. Isso ocorre por causa do endividamento dos Estados, mas deixa essas estatais em condições menos competitivas do que suas congêneres federais ou do que as empresas privadas. "Elas ficam muito tempo com os empréstimos-ponte, que são mais caros, e os empréstimos de longo prazo só saem quando a obra está pronta."

Apesar de todos os problemas, a Abrate elogia a transparência com que o ministro Braga e sua equipe têm tratado as pendências do setor e enaltece a disposição de dialogar. "O ministério tem sido bem mais aberto na discussão de todas essas questões."

As empresas responsáveis pela operação de 74% das linhas de transmissão espalhadas no país advertiram ao Ministério de Minas e Energia que estão perdendo o fôlego financeiro e podem descumprir suas obrigações de investimentos na rede em 2016.

Elas pedem uma definição no pagamento de indenizações devidas pelo governo a quem prorrogou suas concessões, ajustes nas regras para a emissão de debêntures incentivadas e menos travas no acesso aos empréstimos de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Mário Miranda, explica que as empresas precisam desembolsar R\$ 3,1 bilhões neste ano em obras nas instalações existentes.

Esses investimentos foram determinados pelo plano de reforços e melhorias da rede, que recebeu aprovação do ministério, com intervenções apontadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em até 82 mil quilômetros de linhas de transmissão e atender ao crescimento da demanda, segundo Miranda.

"Já estamos sem fluxo de caixa para fazer esses investimentos", afirma o executivo. Ele levou um relato da situação, no fim de janeiro, ao ministro Eduardo Braga. "Se o plano não for executado, deteriora-se a prestação dos serviços e as empresas podem ser multadas por descumprimento dos contratos de concessão", diz.

Até agora, o efeito da descapitalização das transmissoras vinha se fazendo sentir especialmente nos leilões para a concessão de novas linhas. Estudo recente do **Instituto Acende Brasil**, um observatório do setor, mostra que as empresas "tradicionais" arremataram 73% dos lotes licitados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nos sete certames entre 2011 e 2012.

O universo abrange as subsidiárias do grupo Eletrobras - Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul -, CTEEP, Cemig, Copel, Celg e CEEE. Nos sete leilões realizados depois da MP 579, a medida provisória que forçou uma queda de 20% nas contas de luz, essas empresas ficaram com 37% dos lotes. O tombo é visto como reflexo direto da redução nas receitas de quem renovou suas concessões, em 2012, por 30 anos. Na virada do ano, as concessionárias terminaram de receber quase R\$ 13 bilhões em indenizações pelos ativos construídos depois de maio de 2000. Outros R\$ 20 bilhões foram reconhecidos pela Aneel como investimentos não amortizados de instalações construídas antes daquela data, mas ainda não houve definição sobre o pagamento. "Virou uma espécie de devo, não nego, pago quando puder", observa o presidente do instituto, **Claudio Sales**. "As empresas ficaram fortemente descapitalizadas. Não é chororô".

Agora, o setor já se vê sem fôlego para fazer investimentos na rede existente. "Leilão é eletivo, você só participa se quiser. Reforços e melhorias são uma obrigatoriedade", compara Miranda.

No encontro com Braga, o presidente da Abrate recebeu informações sobre a forma de pagamento das indenizações restantes, que foi antecipada pelo Valor em novembro. Elas devem ser quitadas em cinco anos, por meio de um pequeno acréscimo nas tarifas de energia dos consumidores, mas somente a partir de 2019. Isso porque o ministro pretende, antes, "descontaminar" as tarifas de outros passivos, como a devolução dos empréstimos tomados pelas distribuidoras para pagar o acionamento das usinas térmicas.

A maioria dos analistas no setor acreditava em um pagamento mais rápido das indenizações pendentes. Com essa possibilidade descartada, transmissoras querem agora que a portaria definindo esse pagamento seja cuidadosamente redigida, a fim de permitir seu uso como recebível para a tomada de financiamentos nos bancos. "A questão é a segurança jurídica do ato e o reconhecimento das instituições financeiras de que as indenizações possam servir como garantia."

Outra queda de braço é travada com a Receita Federal. Para as empresas, os laudos da Aneel indicam "valores líquidos" das indenizações, sem a incidência de Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Mas isso ainda gera discussões dentro do governo.

As transmissoras também enfatizam a necessidade de mudanças nas regras para a emissão de debêntures incentivadas de infraestrutura. Esses papéis têm isenção de IR para seus compradores. Pelas normas atuais, no entanto, o segmento de transmissão de energia só pode gozar do benefício no caso de sociedades de propósito específico (SPEs) que se sagraram vitoriosas nos leilões para construir e operar novos projetos. As empresas controladoras, que estão à frente das instalações mais antigas sem formar SPEs, estão impedidas de usar esse expediente. "A lei permite, mas falta o regramento infralegal", diz o presidente da Abrate.

Em outra frente, pedem um caminho simplificado para a obtenção de financiamento no BNDES. Hoje empresas estatais controladas por governos estaduais ficam anos aguardando autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN) para tomar o crédito. Isso ocorre por causa do endividamento dos Estados, mas deixa essas estatais em condições menos competitivas do que suas congêneres federais ou do que as empresas privadas. "Elas ficam muito tempo com os empréstimos-ponte, que são mais caros, e os empréstimos de longo prazo só saem quando a obra está pronta."

Apesar de todos os problemas, a Abrate elogia a transparência com que o ministro Braga e sua equipe têm tratado as pendências do setor e enaltece a disposição de dialogar. "O ministério tem sido bem mais aberto na discussão de todas essas questões."